

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 5



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-296-8

DOI 10.22533/at.ed.968192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 5º volume, reuni o total de 30 artigos que dialogam com o leitor sobre os mais diversos temas que envolvem as Ciências Sociais Aplicadas. Dentre estes temas, podemos destacar arquitetura, produção rural, contabilidade ambiental, design, economia solidária, bibliométrica e cadeia, políticas públicas, ocupação do solo, trabalhador, gestão de pequenas empresas, gestão de pessoas, auditoria governamental e desenvolvimento industrial.

Assim fechamos este 5º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EFICIÊNCIA DA VENTILAÇÃO CRUZADA NA ARQUITETURA	
Paula Scherer Mariela Camargo Masutti	
DOI 10.22533/at.ed.9681926041	
CAPÍTULO 2	5
ARQUEOLOGIA E ESTRUTURALISMO; CAMINHOS E DESCAMINHOS	
Pedro Ragusa	
DOI 10.22533/at.ed.9681926042	
CAPÍTULO 3	19
BRICS NA AMÉRICA LATINA: A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA GOVERNANÇA GLOBAL	
Gabriel Galdino Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.9681926043	
CAPÍTULO 4	23
CÁLCULO DO ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA PARA A EXPORTAÇÃO DA SOJA EM GRÃOS DO ESTADO DA BAHIA DE 2004 A 2014	
Ivanessa Thiane do Nascimento Cavalcanti Juliana Freitas Guedes Rêgo	
DOI 10.22533/at.ed.9681926044	
CAPÍTULO 5	37
CARACTERÍSTICAS DETERMINANTES DA LEGIBILIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DE EMPRESAS BRASILEIRAS	
Guilherme de Freitas Borges Ilírio José Rech	
DOI 10.22533/at.ed.9681926045	
CAPÍTULO 6	58
CHÁCARA WOLF: ENTRE A MODERNIDADE E A TRADIÇÃO	
André Frota Contreras Faraco	
DOI 10.22533/at.ed.9681926046	
CAPÍTULO 7	70
CONSUMO E VARIEDADE DE PIMENTAS POR REGIÕES DO BRASIL	
Talita Campos de Lima Barbosa Claudia Maria de Moraes Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9681926047	
CAPÍTULO 8	79
CONTABILIDADE AMBIENTAL: UM ENFOQUE SOBRE SUA DEFINIÇÃO A PARTIR DE TRABALHOS DO CSEAR	
Luana Caroline da Silva Andréia Cittadin Fabricia Silva da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.9681926048	

CAPÍTULO 9	96
CRÉDITO RURAL E EFICIÊNCIA TÉCNICA DA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA	
João Batista Oliveira Lima Gervásio Ferreira Santos Paulo Nazareno A. Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.9681926049	
CAPÍTULO 10	117
DESIGN SOCIAL: MATERIAIS E PROCESSOS PRODUTIVOS NO DESIGN DE PRODUTOS	
Adilson Santos Brito	
DOI 10.22533/at.ed.96819260410	
CAPÍTULO 11	129
DETECÇÃO DE RISCO DE INCÊNDIOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOURADOS (MG)	
Rubia Cristina da Silva Mirna Karla Amorim da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.96819260411	
CAPÍTULO 12	142
ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO PARA A COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	
Gisele Quinallia Juliene Maldonado Orosco de Andrade Edilene Mayumi Murashita Takenaka	
DOI 10.22533/at.ed.96819260412	
CAPÍTULO 13	151
ESTUDO BIBLIOMÉTRICO: ASPECTOS LOGÍSTICOS EM CADEIAS PRODUTIVAS	
José Valci Pereira Rios Cristina Vaccari Benó Nicolau Bieger	
DOI 10.22533/at.ed.96819260413	
CAPÍTULO 14	164
EUTHANASIA AS PATIENT'S RIGHT	
Rodrigo Tonel Guilherme Hammarström Dobler Janaína Machado Sturza Siena Magali Comassetto Kolling Tiago Protti Spinato Fernando Augusto Mainardi Stenio Marcio Kwiatkowski Zakszeski	
DOI 10.22533/at.ed.96819260414	
CAPÍTULO 15	173
EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL E VALOR DE MERCADO: ESTUDO NAS EMPRESAS DO ISE	
Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo Raylander José de Azevedo Casciano Maria Maciléya Azevedo Freire Antônio Rodrigues Albuquerque Filho	
DOI 10.22533/at.ed.96819260415	

CAPÍTULO 16	190
FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES: IMPACTO DA POLÍTICA DO BNDES DE APOIO ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO ANOS 2000	
Danniele Giomo	
DOI 10.22533/at.ed.96819260416	
CAPÍTULO 17	207
INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – A GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Jacks Williams Peixoto Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.96819260417	
CAPÍTULO 18	230
KIT EXPERIMENTAL DE BAIXO CUSTO E DE FÁCIL ACESSO PARA ENSAIOS ELETROLÍTICOS	
Fabiano Rafael Praxedes	
Gustavo Bizarria Gibin	
DOI 10.22533/at.ed.96819260418	
CAPÍTULO 19	244
MAPEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE ABADIA DOS DOURADOS (MG)	
Rubia Cristina da Silva	
João Donizete Lima	
DOI 10.22533/at.ed.96819260419	
CAPÍTULO 20	251
O DESIGN PARAMÉTRICO COMO FERRAMENTA PROJETUAL NA ARQUITETURA E URBANISMO	
Alisson Costa Maidana	
Renan Julio Antunes Matos	
Magali Letícia Brunhauser	
Suelin Luana Reichardt Soares	
Mateus Veronese Corrêa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.96819260420	
CAPÍTULO 21	261
O ESTRESSE DO TRABALHADOR EM UMA AGÊNCIA BANCÁRIA DE CAMPO GRANDE - MS	
Leonardo Camargo do Carmo	
Flavinês Rebolo	
DOI 10.22533/at.ed.96819260421	
CAPÍTULO 22	277
OS BENEFÍCIOS DO CRM COMO FACILITADOR DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE	
Mariangela Catelani Souza	
Vinicius Rossi Hernandez	
Claudio Roberto Estanislau Rocha	
Julian Carlos da Silva	
Flávia Lindoso de Castro	
Lygia Aparecida das Graças Gonçalves Corrêa	
Elizângela Cristina Begido Caldeira	
Carlos Alípio Caldeira	
Fausto Rangel Castilho Padilha	
Patricia Cristina de Oliveira Brito Cecconi	
DOI 10.22533/at.ed.96819260422	

CAPÍTULO 23	289
OS BENEFÍCIOS EXISTENTES NA GESTÃO DE RELACIONAMENTOS ENTRE PEQUENOS SUPERMERCADISTAS E SEUS FORNECEDORES	
José Ribamar Tomaz Da Silva Filho Rosângela Sarmiento Silva Norberto Ferreira Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.96819260423	
CAPÍTULO 24	304
POSSIBILIDADES DO USO DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS COMO INSTRUMENTO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA: O CASO DE BELO HORIZONTE	
Reginaldo Magalhães de Almeida Juliana Lamego Balbino Nizza	
DOI 10.22533/at.ed.96819260424	
CAPÍTULO 25	319
PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS NAS INDÚSTRIAS DE LINGERIE DE JURUAIA – MG	
Liliane Aparecida da Silva Marques. Maria Izabel Ferezin Sares Vinícius Generoso Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.96819260425	
CAPÍTULO 26	331
PRÁTICAS DE ENERGIA RENOVÁVEL EM COMPANHIAS DE ENERGIA ELÉTRICA NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E PARANÁ	
Gabriel Alcides Mariot	
DOI 10.22533/at.ed.96819260426	
CAPÍTULO 27	352
PROPOSTA DE FLUXO CONTÁBIL, GRUPO DE CONTAS E SUBCONTAS PARA O ATIVO BIOLÓGICO NA AVICULTURA DE PRODUÇÃO DE OVOS, CONFORME RECOMENDAÇÕES DO CPC 29	
José Arilson de Souza Elizângela Fernanda Mathias Elder Gomes Ramos Deyvison de Lima Oliveira Wellington Silva Porto	
DOI 10.22533/at.ed.96819260427	
CAPÍTULO 28	367
PROPOSTA DE PAPÉIS DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL DE CONFORMIDADE	
Romeu Schvarz Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.96819260428	
CAPÍTULO 29	372
SEGURANÇA ENERGÉTICA BRASILEIRA E INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NOS GOVERNOS LULA E DILMA	
Juliana Araújo Gomes Maciel Henry Iure de Paiva Silva	
DOI 10.22533/at.ed.96819260429	

CAPÍTULO 30 389

SISTEMA DE FOSSA SÉPTICA BIODIGESTORA COMO TECNOLOGIA DE SANEAMENTO BÁSICO
EM COMPARAÇÃO AO SISTEMA DE FOSSA NEGRA

[Luciana Silva Nascimento](#)

DOI 10.22533/at.ed.96819260430

SOBRE O ORGANIZADOR..... 403

EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL E VALOR DE MERCADO: ESTUDO NAS EMPRESAS DO ISE

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo

Doutora em Ciências Contábeis e Administração
pela Universidade Regional de Blumenau – FURB
(Blumenau/SC)

Professora Adjunta da Universidade Estadual Vale
do Acaraú – UVA (Sobral/CE)

Raylander José de Azevedo Casciano

Especializando em Gestão Pública e Auditoria
pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
(Sobral/CE)

Maria Maciléya Azevedo Freire

Mestranda em Administração e Controladoria pela
Universidade Federal do Ceará – UFC (Fortaleza/
CE)

Antônio Rodrigues Albuquerque Filho

Mestrando em Administração e Controladoria pela
Universidade Federal do Ceará – UFC (Fortaleza/
CE)

RESUMO: Este estudo teve por objetivo verificar a relação existente entre a evidenciação ambiental voluntária e o valor de mercado das companhias abertas listadas no índice de sustentabilidade ambiental (ISE) da B3. Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa conduzida por meio de procedimento documental. A amostra compreendeu 34 companhias que possuíam dados disponíveis para o período de 2010 a 2016. A identificação das práticas de evidenciação

ambiental voluntária ocorreu de acordo com os indicadores do Instituto Ethos (ciclo 2016/2017). O valor de mercado das companhias foi calculado com base no índice *market-to-book*. Para a análise dos dados, foram usadas medidas de estatísticas descritivas e análise de correlação de *Spearman*. Os resultados demonstraram que as companhias vem demonstrando uma maior evidenciação ambiental voluntária ao longo dos anos, constatou-se também que grande parte das empresas possui um valor de mercado maior que o valor registrado nas demonstrações contábeis, foi observado que a variável referente à evidenciação ambiental voluntária apresentou correlações positivas em todos os anos analisados com a variável *Market-to-book*, entretanto não demonstrando significância estatística para afirmar tal situação. Ao final, conclui-se que o valor das companhias não apresenta relação com o nível de evidenciação ambiental voluntária.

PALAVRAS-CHAVE: Evidenciação ambiental voluntária; Valore de mercado; Companhias abertas listadas no ISE.

ABSTRACT: The objective of this study was to verify the relationship between voluntary environmental disclosure and the market value of listed companies listed in the Environmental Sustainability Index (ISE) of B3. For this, a descriptive research was conducted, with

a quantitative approach conducted through documentary procedure. The sample comprised 34 companies that had data available for the period from 2010 to 2016. The identification of voluntary environmental disclosure practices occurred according to Ethos Institute indicators (cycle 2016/2017). The market value of the companies was calculated based on the market-to-book index. For the data analysis, descriptive statistics and Spearman correlation analysis were used. The results showed that companies have been demonstrating more voluntary environmental disclosure over the years, it was also verified that most companies have a market value greater than the value recorded in the financial statements, it was observed that the variable referring to environmental disclosure Positive correlation in all years analyzed with the Market-to-book variable, but not showing statistical significance to affirm such situation. At the end, it is concluded that the companies value is not related to the level of voluntary environmental disclosure.

KEYWORDS: Voluntary environmental evidence; Market value; Companies listed on the ISE.

1 | INTRODUÇÃO

Em meio a um avanço tecnológico e atrelado a alta competitividade no mercado, a globalização impulsionou as companhias, antes ligadas a fatores mais tradicionais, a buscarem novos meios de vantagem competitiva (SAMPAIO et al., 2004; MOURA et al., 2014; SILVA, 2015).

Nos anos 80, surgiu uma série de padrões inovadores para as empresas nacionais, sendo nesse período que os aspectos ambientais começaram a se destacar no cenário global, em decorrência dos gravíssimos problemas causados ao meio ambiente que anteriormente não eram levados em consideração e que passaram a chamar atenção, percebendo diversos pontos, que culminavam na geração de prejuízos econômicos e sociais (RIBEIRO; SOUZA; GOMES, 2014).

Borges, Rosa e Ensslin (2010), defendem que o período de transformação na economia mundial vem sendo assinalado por vários estudiosos do tema como o período de mudança de uma Sociedade Industrial que visava exclusivamente o lucro para uma Sociedade do Conhecimento, onde esta consegue focar em outras situações como a própria preocupação com o meio ambiente e sua sustentabilidade, desta forma, aos demais recursos existentes e até então valorizados e utilizados na produção como, terra, capital e trabalho, se junta o conhecimento, modificando, principalmente, a estrutura econômica das nações e, sobretudo, valorizando o ser humano e tudo que o rodeia. Essa mudança para o período do conhecimento acarretou, portanto, dúvidas e preocupações e novos objetivos dentro das organizações; dentre essas preocupações, pode-se destacar a gestão ambiental.

Dentre diversos mecanismos de diferenciação da empresa por meio de uma evidenciação ambiental voluntária, encontra-se o Índice de Sustentabilidade

Empresarial (ISE). Segundo Biderman, Brito e Monzoni (2006), este, busca evidenciar a aptidão de geração de valor das entidades empresariais, e o grau de risco ligado ao seu desempenho em diferentes níveis da sustentabilidade.

Macedo et al, (2012), evidenciam que em 2005 o ISE foi o quarto índice desta natureza a ser lançado no mundo, se destacando na América Latina como uma ação pioneira. Este é responsável por formar um grupo seletivo de empresas brasileiras que se destacam, que estão listadas na Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), destaque esse relacionado com as melhores ações em gestão empresarial e com maior disposição estratégica com a sustentabilidade, servindo como exemplo para o incentivo a outras empresas buscarem o desenvolvimento socioeconômico ambiental.

Nas últimas décadas, foram surgindo inúmeros meios de incentivo de divulgação do comportamento o quanto à sustentabilidade empresarial, tais como prêmios e selos de certificação concedidos por Governos, entidades não-governamentais, periódicos de revistas do setor empresarial, assim valorizando sobremaneira este tipo de evidenciação (FIGUEIREDO; ABREU; CASAS, 2009).

Segundo Macêdo et al (2013), tais situações despertam o interesse das empresas para demonstrarem de modo voluntário as informações ambientais visando oportunidades importantes no cenário competitivo nesse novo modelo de mercado. Atrelado a isso, ao realizar essa ratificação, as corporações procuram atrair investidores de igual linha de conduta para com o meio social e ambiental como também tentar diminuir possíveis custos de captação. É nítido que no mundo dos negócios qualquer tipo de vantagem é primordial para se manter à frente da concorrência garantindo total condições de permanecer no mercado.

Um avanço significativo neste requisito foi a criação do ISE, onde o seu diferencial se destaca pela sua atuação na área de responsabilidade social e ambiental, chamando assim a atenção de possíveis investidores (BEN; FOGAÇA; CUNHA (2016).

Dada a relevância da temática, traçou-se como questionamento da pesquisa: Qual a relação existente entre evidenciação ambiental voluntária e valor de mercado em companhias abertas listadas no índice de sustentabilidade ambiental (ISE) da B3?

Em busca de responder o questionamento da pesquisa, estipulou-se como objetivo, verificar a relação existente entre a evidenciação ambiental voluntária e o valor de mercado das companhias abertas listadas no índice de sustentabilidade ambiental (ISE) da B3.

O tema estudado é de extremo destaque por tratar de algo novo no mercado brasileiro se equiparando aos demais do restante do mundo, como destacam Macedo et al, (2012), além de ser tendência mundial, mostrada em estudos do *Sustainable Investment Forum* (SIF) para a Europa e Estados Unidos, pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT).

Destarte, a relevância do estudo pode ser observada, dentre outros, por ser um assunto trabalhado por diversos pesquisadores como: Malacrida e Yamamoto (2006);

Augustinho (2013); Macêdo et al (2013); Macêdo et al (2014); Ribeiro, Souza e Gomes (2014); Viviani et al (2014); Moraes, Gonçalves e Niyama (2015); Vicente e Dallabona (2015), que destacam a importância da pesquisa ligada a evidência ambiental voluntária e valor da empresa, criando assim um diferencial primordial no mercado.

Borges, Rosa e Ensslin (2010) e Lopes et al. (2017) apontam que a demonstração das ações sociais e ambientais responsáveis, pode valorizar sobremaneira às organizações, pois, além de destacar a transparência das informações pertinentes a todos os seus *stakeholders*, a atividade corrobora em plena sintonia com as leis elevando assim a valor da entidade.

Segundo os últimos relatórios lançados pelo *European Sustainable Investment Forum* (Eurosif) e pelo *United States Sustainable Investment Forum* (US SIF), (EUROSIF), o setor de ISR que se equipara ao ISE latino americano vem crescendo em ritmo célere, além de apresentar uma evolução maior em relação aos investimentos tradicionais. Embora, sabendo que uma maior captação de recursos venha acompanhada de maiores riscos, essas pesquisas também comprovam que os investimentos sustentáveis e responsáveis apresentam uma facilidade de mudança inferior aos demais, ou seja, é mais confiável e rentável do que o modo antigo (MACEDO et al., 2012).

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção traz os posicionamentos teóricos e empíricos que serviram de base para o desenvolvimento da linha de raciocínio da pesquisa. Inicialmente, apresentam-se ponderações sobre teoria da evidência. Na sequência, apresentam-se evidência voluntária de informações ambientais. Por último, evidenciam-se estudos anteriores que abordaram a temática em análise.

2.1 Teoria da evidência

Para situar uma a base conceitual teórica sobre teoria da evidência, é necessário traduzir essa palavra ao pé da letra, buscar sua referência para assim seja entendida de uma forma geral. Evidência alude em despontar alguma coisa sobre uma entidade, corporação, organização ou sistema para alguém capaz de assimilar este tipo de informação. A palavra evidência está interligada à muitos outros sistemas de conhecimento que são reconhecidos como, teoria geral de sistemas, teoria da comunicação, dentre outros (AQUINO; SANTANA, 1992).

Malacrida e Yamamoto (2006), explicam que através do ato de evidência que a contabilidade serve e dar um retorno para seus usuários, conforme os fatos econômicos de maior importância são expostos de forma adequada, equitativa e completa, seguindo todas técnicas contábeis constantes e consistentes e em uma linguagem simples e de fácil entendimento para melhor absorção da informação.

Giungi (2016) faz referência aos termos evidenciação, *disclosure* e revelação, caracterizando-os como todo tipo de informação divulgada por alguma entidade para dar conhecimento de uma situação econômica, financeira e social da corporação, trata-se de um termo contábil para delinear os procedimentos ao acesso dessa informação ao público interessado sendo mais clara possível.

Dantas et al. (2008) chama atenção para a importância da evidenciação, esta é uma ferramenta essencial para avaliar a situação financeira da empresa onde permite uma visão ampla daquilo que está ocorrendo com informações seguras e tempestivas, partindo do ponto de vista que não adianta apenas divulgar mas divulgar com qualidade, oportunidade e clareza, para assim fornecer um conteúdo concreto e confiável.

Schuh et al. (2013), apontam que a informação é levada em consideração, quando se mostra justa, correspondente e transparente com a realidade, permitindo a quem deseja saber o atual desempenho da entidade sejam eles de feio patrimonial ou financeiro, possibilitando também que realize consultas com dados do passado que possam fazer ligações com presente e futuro, ajustando expectativas, traçando metas, formulando estratégias para uma melhor avaliação daquilo que deseja.

Na concepção de Caríssimo et al. (2015), existem vários fatores que levam as empresas a tomarem cuidado para estarem atualizadas naquilo que desrespeita as informações inerentes a situação da entidade, o aumento da cobrança de novos investidores que estão mais exigentes, a globalização que é uma realidade há alguns anos, o novo modelo de gestão de negócios levando em consideração que a realidade atual mostra que informação com qualidade é sinônimo de lucratividade.

Diversos autores como Malacrida e Yamamoto (2006), Dantas et al. (2008), Bairral (2015), Matos et al. (2015), partem de uma ideia em comum que no mundo dos negócios é indispensável qualquer tipo de informação que possa deixar a empresa em vantagem aos demais concorrentes, quem possuir o controle dessa ferramenta conseguirá se sobressair em um mercado cada vez mais disputado e feroz como o atual, a *disclosure* veio como divisor de águas para quem consegue se manter ativo ou não, é perceptível que a partir do momento que as corporações aprenderam a lidar com esse diferencial o cenário mudou radicalmente, a preocupação em manter-se atualizados, alimentação dos sistemas de informações, divulgação faz parte do marco que a evidenciação dessas informações trouxe ao mercado atual.

2.2 Evidenciação voluntária de informações ambientais

De acordo com Macêdo et al. (2014, p. 5), “a cada dia as empresas passam a evidenciar mais informações para atender aos órgãos reguladores (evidenciação compulsória), ou para demonstrar maior transparência na sua administração (evidenciação voluntária) ”.

A evidenciação das demonstrações é necessária para nortear seus usuários a compreendê-las com mais facilidade, necessitando, porém, apresentar relevância e esclarecimentos seja quantitativamente e qualitativamente (IUDICIBUS; MARION,

2008).

Quando as informações são evidenciadas de forma voluntária, elas se tornam ferramentas de cunho poderoso para a entidade, na medida que estas, são consideradas diferenciais em termos de desempenho, estratégias, visão de mercado, diferenciais competitivos, programas de investimento, entre outros que podem ser utilizadas como atrativos para futuros investidores (VICENTE; DALLABONA, 2015).

A evidenciação ambiental atua como um importante meio de comunicação sobre a gestão ambiental das companhias para órgãos e demais partes interessadas (*stakeholders*), que podem ser: órgãos reguladores, governamentais, sociedade civil organizada, comunidade científica, investidores, credores, fornecedores e clientes, entre outros (MACÊDO et al., 2013).

Segundo Santos, Gomes e Almeida (2015) discussões envolvendo a evidenciação de informações ambientais, é fundamental, ao passo que, estes dados requeridos pelos usuários possuem suprema relevância, na medida em que eles os influenciam na tomada de decisão.

A evidenciação ambiental voluntária para Calixto (2007) parte da ideia que a empresa divulga suas informações se achar conveniente, desta forma, algumas entidades estão adotando o hábito de evidenciar voluntariamente alguns dados que não são obrigatórios, mas que trazem benefícios, quanto mais informações divulgarem, maior será o retorno em confiabilidade nesse novo cenário comercial, significando uma resposta maior em investimentos.

Mussoi (2010) diverge de alguns autores e aponta que “os motivos reais que levam as empresas a evidenciar suas informações ambientais de maneira voluntária ainda são, em sua maioria, desconhecidos” e que isso depende da cultura organizacional da entidade. O mesmo autor ainda aponta que o conteúdo ambiental atual nos relatórios das empresas, onde diversas entidades empresariais, na tentativa por uma melhor imagem a face social, acabam por evidenciar informações irrelevantes ao público deixando de lado alguns indicadores importantes que podem fazer a diferença como os indicadores de consumo de recursos e emissão de poluentes, dificultando assim uma análise mais apurada daqueles que se interessam pelo assunto.

Pesquisas mostram o quanto a evidenciação voluntária de informações ambientais, reflete de forma intensa nas companhias, assim, agregando aspectos positivos para investidores e avaliadores internos ou externos, tais como o estudo de Santos, Gomes e Almeida (2015), que ao analisar a evidenciação ambiental das entidades que compõem os índices ISE, ICO2 e IBOVESPA a fim de verificar se há diferenças entre as empresas participantes do ISE e do ICO2, índices caracteristicamente ambientais, e as organizações que integram o IBOVESPA, constataram que elevados níveis de evidenciação ambiental tinham associações com a atuação em carteiras de índices ligadas em sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Outros estudos relevantes relacionados a temática, serão apresentados na próxima seção.

2.3 Estudos anteriores sobre evidenciação ambiental

A realização de estudos anteriores correlatos a temática foi relevante na fundamentação deste artigo, alguns destes, descritos de forma breve a seguir. A começar por Macêdo et al. (2013), que analisaram a relação entre a evidenciação ambiental voluntária e a adoção de práticas de governança corporativa nas cinco maiores empresas de cada setor econômico da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do Estado de São Paulo (BM&FBovespa), 50 empresas no total, onde utilizaram medidas estatísticas descritivas para análise das informações. Os resultados apontaram uma significativa evidenciação ambiental voluntária e práticas de governança corporativa, onde pôde-se concluir que o conjunto de práticas adotadas de governança corporativa contribuiu para o aumento da evidenciação de informações relacionadas às práticas ambientais nas empresas analisadas.

Ribeiro, Souza e Gomes (2014) analisaram se os relatórios de sustentabilidade eram evidenciados de forma transparentes quanto ao inventário e a redução de Gases de Efeito Estufa (GEE) das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) Bovespa. Para tal, realizou-se uma pesquisa com foco nas 44 empresas listadas no ISE da Bovespa em 2009. Os resultados apontaram que poucas empresas listadas no ISE Bovespa, se mostraram transparentes, quanto a emissões de GEE e adoção de normas do GHG Protocol. Constatou-se também, a ausência de uma padronizada evidenciação das emissões de GEE nos relatórios de sustentabilidade nas empresas estudadas.

Malaquias et al. (2015) identificaram o nível de evidenciação dos investimentos em Tecnologia da Informação (T.I.) presente nas notas explicativas e nos relatórios da administração publicados pelas empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). A amostra centrou-se em 72 companhias, escolhidas aleatoriamente. Através dos principais resultados puderam constatar que grande parte das empresas analisadas (76,4%) mostravam transparência quanto a investimentos em T.I., entretanto, mostraram um baixo nível médio de evidenciação (0,337). Por fim, concluiu-se que a evidenciação voluntária de informações sobre investimentos em T.I. também é influenciada por fatores determinantes, assim como o tamanho e a rentabilidade das empresas.

Vicente e Dallabona (2015), avaliaram o grau de evidenciação voluntária sobre gestão de riscos do COSO (2004) nos relatórios de empresas listadas na BM&FBovespa no período de 2010 a 2014. A amostra foi composta pelas 50 empresas com maior valor de receita ao longo do ano de 2014 conforme dados obtidos no site da BM&FBovespa. Os resultados evidenciaram que os níveis de divulgação da gestão de riscos do COSO foram positivos quanto ao número de empresas analisadas, mostrando assim, o monitoramento como principal componente de evidenciação, outro destaque apontado é a definição de objetivos, o qual foi apontada a avaliação de riscos.

Santos, Gomes e Almeida (2015) analisaram a evidenciação ambiental das

entidades que compõem os índices ISE, ICO2 e IBOVESPA com a finalidade de verificar se existia diferenças entre as empresas participantes do ISE e do ICO2, índices caracteristicamente ambientais, e as organizações que integram o IBOVESPA. Para isso, analisaram 39 relatórios de sustentabilidade do ano de 2013 com base em um modelo adaptado de indicadores para negócios sustentáveis e responsáveis de dimensão ambiental do Instituto Ethos (2014). Os autores constataram que, todas as variáveis apresentaram associação com a evidenciação de informações ambientais. Por fim, concluíram que, grandes níveis de evidenciação ambiental tinham ligação com a participação em carteiras de índices com foco em sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Percebe-se que o grau de evidenciação ambiental voluntária vem sendo bastante discutido no meio acadêmico, se tornando também um ponto crescente e fundamental nas empresas, que a cada dia mais, buscam novas práticas de diferenciação, que causem assim, reflexo positivo seja em sua rentabilidade, credibilidade, na influência de seus demonstrativos e visão de possíveis investidores.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de verificar a relação existente entre a evidenciação ambiental voluntária e o valor de mercado das companhias abertas listadas no índice de sustentabilidade ambiental (ISE) da B3, este estudo utilizou-se de pesquisa descritiva, análise documental e abordagem quantitativa dos dados.

No que concerne aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva. Segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa busca descrever as peculiaridades das informações estudadas ou de um grupo específico, através de instrumentos que possibilitam conhecer a situação do fenômeno no momento do estudo, determinando relações entre variáveis. Destarte, este estudo busca verificar como a evidenciação ambiental voluntária das empresas listadas no (ISE) da BM&FBovespa, está ligada ao valor dessas companhias, desta forma, examinando a relação apresentada entre as mesmas.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como documental. Para Severino (2007), esse tipo de procedimento é realizado quando se utilizam documentos ainda não analisados, para realização da análise, assim, introduzindo valor as informações estudadas. Nesse estudo, foram utilizadas informações constantes no sítio da BM&FBovespa, na medida que foram explorados relatórios, balanço patrimonial e notas explicativas pertencentes as empresas listadas no ISE, para assim, fazer análise dos elementos.

Quanto à abordagem do problema, este estudo enquadra-se como quantitativo. Segundo Richardson (2012) esse tipo de abordagem, caracteriza-se por empregar quantificação e técnicas estatísticas na análise dos dados. Na análise desta pesquisa, utilizou-estatística descritiva e correlação de *Spearman*.

A amostra estudada correspondeu a 34 empresas que compõem a carteira do índice de sustentabilidade ambiental (ISE). No Quadro 1, pode-se verificar as empresas objeto do estudo.

AES TIETE E	DURATEX	LIGHT S/A
B2W DIGITAL	ECORODOVIAS	LOJAS AMERICANAS
BANCO DO BRASIL	ELETROBRAS	LOJAS RENNER
BRADERCO	ELETROPAULO	NATURA
BRASKEM	EMBRAER	OI
BRF	ENERGIAS BR	SANTANDER BR
CCR	EVEN	SUL AMÉRICA
CEMIG	FIBRIA	TIM
CESP	FLEURY	ENGIE BRASIL
CIELO	ITAUSA	WEG
COPEL	ITAU UNIBANCO	
CPFL	KLABIN	

Quadro 1 – Listagem das empresas do ISE

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado no Quadro 1, diversos tipos de empresas participam do ISE: empresas de alimentos processados, de energia elétrica, transporte, madeira e papel, financiadoras, entre outras, as quais evidenciam voluntariamente suas ações ambientais. Conforme pode ser verificado no sítio da BM&FBovespa, o ISE foi criado em 2005 com a ideia de incentivar a responsabilidade ética das corporações e verificar o desempenho das empresas sob a visão da sustentabilidade corporativa. Diante disso, instigando boas práticas e passando a ser destaque no desempenho das empresas e em suas ações (FIGUEIREDO e ARAÚJO, 2016).

A importância de se estudar as empresas do ISE é notória em pesquisas empíricas fundamentais, que amparam este contexto, tais como, Machado, Machado e Corrar (2009) que avaliaram a valorização das ações das empresas participantes desse índice; Teixeira, Nossa, Funchal (2011) investigaram se a forma de financiamento das empresas é afetada pela participação das firmas no ISE; Bem, Fogaça e Cunha (2016) investigaram se existia influência do perfil socioambiental no desempenho financeiro dessas organizações; e Figueiredo e Araújo (2016) que avaliaram se as empresas do ISE apresentavam um desempenho financeiro estatisticamente superior a empresas listadas entre as 500 maiores em receita líquida da revista Melhores e Maiores.

Em um primeiro momento, foi calculado para cada empresa o índice de evidência ambiental voluntária. Para isso, as demonstrações financeiras das 34 empresas objeto de análise foram observadas, buscando informações com base nos indicadores para negócios sustentáveis e responsáveis da dimensão ambiental do Instituto Ethos (2014). As dimensões do índice de evidência ambiental voluntária segundo Ethos (2014) estão expostas no quadro abaixo.

POLUIÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Programas de prevenção à poluição; - Investimentos em adequações de instalações, tecnologias, processos e produtos para minimizar as fontes poluidoras;
MATERIAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas pontuais para redução do uso de materiais; - Realização de coleta seletiva em algumas unidades ou áreas da organização; - Investimentos em reutilização de materiais e reciclagem;
ÁGUA
<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas pontuais para a redução do consumo de água; - Investimentos no desenvolvimento de tecnologias com foco em redução do consumo de água; - Investimentos para reúso de água ou captação de água da chuva;
ENERGIA
<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas pontuais de redução do consumo de energia; - Investimentos no desenvolvimento de tecnologias com foco em redução do consumo de energia; - Investimentos no uso de fontes de energia renováveis e limpas; - Compra de resíduos de empresas terceiras para utilizar como fonte de energia;
BIODIVERSIDADE E HABITATS NATURAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Implementa ações que visam à mitigação dos impactos negativos e da degradação do solo e dos habitats naturais; - Planos de gestão da biodiversidade com foco na restauração e conservação de habitats críticos;

Quadro 2 – Dimensões do índice de evidenciação ambiental voluntária

Fonte: Santos, Gomes e Almeida (2015), adaptado do Instituto Ethos (2014).

O Instituto Ethos atua auxiliando as empresas na gestão de seus negócios de maneira sustentável, através de práticas de responsabilidade social empresarial. No quadro acima, encontram-se algumas dimensões do índice de evidenciação ambiental voluntária, com base em estudos deste instituto, primeiramente analisou-se quanto à evidenciação de informações sobre poluição, programas de prevenção à poluição e investimentos em adequações de instalações, tecnologias, processos e produtos para minimizar as fontes poluidoras.

Na sequência, buscou-se analisar quanto a iniciativas pontuais para redução do uso de materiais, realização de coleta seletiva em algumas unidades ou áreas da organização, investimentos em reutilização de materiais e reciclagem. Na medida em que, quanto à água, buscam-se iniciativas pontuais para a redução do consumo de água: os investimentos no desenvolvimento de tecnologias com foco em redução do consumo de água, investimentos para reúso de água ou captação de água da chuva.

Quanto à energia, a evidenciação de iniciativas pontuais de redução do consumo de energia: investimentos no desenvolvimento de tecnologias com foco em redução do consumo de energia, investimentos no uso de fontes de energia renováveis e limpas, compra de resíduos de empresas terceiras para utilizar como fonte de energia. Ao passo que, quanto a biodiversidade e habitats naturais, estudou-se quanto a implementação de ações que visam à mitigação dos impactos negativos e da degradação do solo e dos habitats naturais, planos de gestão da biodiversidade com foco na restauração e conservação de habitats críticos.

Em seguida, para cada empresa, obteve-se o índice *market-to-book* (MB)

calculado por meio da razão entre o valor de mercado e o valor do patrimônio líquido (valor de mercado/Patrimônio líquido). Os valores referem-se ao último dia de cada ano e foram obtidos por meio das demonstrações contábeis e sítio da b3. O uso do índice *market-to-book* (MTB) justifica-se pelo fato dele ser muito utilizado no mercado financeiro para avaliação de investimentos.

Em seguida, para atingir o objetivo do estudo, utilizou-se na análise estatística o teste de *Kolmogorov-Smirnov* para testar se a distribuição amostral possuía normalidade dos dados. O resultado do teste foi negativo, dessa forma, optou-se por utilizar o coeficiente de correlação de *Spearman* para verificar a correlação existente entre os índices da pesquisa.

4 | DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção contém a descrição e análise dos dados coletados. Primeiramente, descreve-se o índice de evidenciação ambiental voluntária do período de 2010 a 2016. Em seguida, o índice *Market-to-book* do período de 2010 a 2016. E, por último, demonstram-se os resultados da correlação de *Spearman* que possibilitou alcançar o objetivo do estudo.

Índice de Evidenciação	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Evid_2010	34	0,13	0,87	0,56	0,18
Evid_2011	34	0,18	0,87	0,60	0,15
Evid_2012	34	0,21	0,88	0,63	0,15
Evid_2013	34	0,21	0,88	0,64	0,16
Evid_2014	34	0,10	0,91	0,68	0,16
Evid_2015	34	0,10	0,93	0,72	0,16
Evid_2016	34	0,49	0,91	0,73	0,12
Período	238	0,10	0,93	0,65	0,15

Tabela 1– Estatística descritiva do índice de evidenciação ambiental voluntária do período de 2010 a 2016

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 1 que o ano de 2010 destaca-se negativamente, pois apresentou o menor índice médio de evidenciação ambiental voluntária do período, ou seja, dentre o total de 198 informações recomendadas pelo Instituto Ethos (2014), as empresas evidenciaram, em média, apenas 56% delas. O percentual mínimo nesse ano foi de 13% e o máximo foi de 87%. O desvio padrão (0,18) demonstra que existem desigualdades consideráveis entre os percentuais de evidenciação neste ano.

Em relação ao ano de 2011, é possível verificar na Tabela 3 que o percentual médio de evidenciação elevou-se de 56% para 60%. Verifica-se também que o percentual mínimo nesse ano foi de 18% e o máximo novamente de 87%. Nos anos de

2012 e 2013, o percentual médio elevou-se para 63% e 64%, respectivamente, sendo que em ambos o percentual mínimo foi de 21% e o máximo de 88%.

Observa-se ainda, na Tabela 1, que o percentual médio de evidenciação continuou aumento e atingiu 68% em 2014, 72% em 2015 e 73% em 2016. Cabe ressaltar que o ano de 2016 destaca-se positivamente com o maior percentual médio de evidenciação ambiental voluntária do período, sendo que, neste ano, o percentual mínimo foi de 49% e o máximo de 91%. O desvio padrão (0,12) demonstra que no ano de 2016 existem as menores desigualdades entre os percentuais médios de evidenciação das empresas da amostra.

De forma geral, têm-se um índice médio de conformidade, no período de 2010 a 2016, de 65%, muito distante de 100%. A empresa com menor índice alcançou somente 10% de um total de 198 itens analisados, enquanto que o máximo atingindo foi de 93%. Cabe destacar que nenhuma empresa evidenciou 100% das informações, portanto, é evidente a necessidade do aumento do nível de evidenciação ambiental voluntária.

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas do índice *Market-to-book* das companhias da amostra, referentes ao período de 2010 a 2016.

Índice MTB	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
MTB_2010	34	0,29	26,93	4,02	5,81
MTB_2011	34	0,35	18,62	3,14	4,14
MTB_2012	34	0,12	23,97	4,00	5,91
MTB_2013	34	0,15	15,53	3,19	3,94
MTB_2014	34	0,15	15,09	2,72	3,24
MTB_2015	34	0,12	9,83	2,40	2,49
MTB_2016	34	0,14	18,95	3,07	3,70
Período	238	0,12	26,93	3,22	4,32

Tabela 2 – Estatística descritiva do índice Market-to-book do período de 2010 a 2016

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto ao índice *Market-to-book*, é possível verificar na Tabela 2, índices médios superiores a 2 no período de 2010 a 2016. Ressalta-se que um índice superior a 1 indica que o mercado reconhece que a empresa possui um valor maior do que aquele registrado nas demonstrações contábeis. De modo contrário, um índice inferior a 1 aponta que o valor de mercado é inferior ao valor registrado nas demonstrações contábeis.

Sendo assim, os anos de 2010 e 2012 destacaram-se positivamente com os maiores índices médios, sendo 4,02 e 4,00, respectivamente. Todavia, estes também foram os anos que apresentaram os maiores desvios padrão, correspondentes a 5,81 e 5,91, indicando que existem diferenças consideráveis nos índices entre as empresas. No ano de 2010 o índice mínimo foi de 0,29 e o máximo de 26,93. Em 2012 o índice

Market-to-book mínimo foi de apenas 0,12 e o máximo atingiu 23,97.

Por outro lado, os anos de 2014 e 2015 apresentaram os menores índices médios do período, correspondentes a 2,72 e 2,40, respectivamente. Portanto, nesse período, o valor de mercado das companhias foi inferior, no comparativo com os outros anos. Em 2014 o índice mínimo foi de 0,15 e o máximo de 15,09. No ano de 2015 o índice mínimo foi de 0,12 e o máximo atingiu 9,83.

De forma geral, têm-se um índice médio de 3,22 no período de 2010 a 2016. A empresa com menor índice obteve somente 0,12, enquanto que a maior chegou a um índice equivalente a 26,93. Destaca-se ainda que o índice oscilou consideravelmente no período investigado, pois reduziu de 4,02 em 2010 para 3,14 em 2011, elevou-se para 4 em 2012, novamente reduziu para 3,19 em 2013, reduziu para 2,72 em 2014, reduziu outra vez, de forma seguida, para 2,40 em 2015 e voltou a subir para 3,07 em 2016.

Na Tabela 3, evidenciam-se os coeficientes de correlação de *Spearman* com o objetivo de verificar se evidenciação ambiental voluntária apresenta correlação com o índice *Market-to-book* das companhias da amostra.

Painel A - Correlação do ano de 2010			Painel E - Correlação do ano de 2014		
Variáveis	Evidenciação	MTB	Variáveis	Evidenciação	MTB
Evidenciação	1	-	Evidenciação	1	-
MTB	0,057	1	MTB	0,108	1
Painel B - Correlação do ano de 2011			Painel F - Correlação do ano de 2015		
Variáveis	Evidenciação	MTB	Variáveis	Evidenciação	MTB
Evidenciação	1	-	Evidenciação	1	-
MTB	0,192	1	MTB	0,032	1
Painel C - Correlação do ano de 2012			Painel G - Correlação do ano de 2016		
Variáveis	Evidenciação	MTB	Variáveis	Evidenciação	MTB
Evidenciação	1	-	Evidenciação	1	-
MTB	0,046	1	MTB	0,047	1
Painel D - Correlação do ano de 2013			Painel H - Correlação do período de 2010 a 2016		
Variáveis	Evidenciação	MTB	Variáveis	Evidenciação	MTB
Evidenciação	1	-	Evidenciação	1	-
MTB	0,096	1	MTB	0,061	1

Tabela 3 - Correlação entre evidenciação ambiental voluntária e *Market-to-book* do período de 2010 a 2016

Fonte: dados da pesquisa.

Por meio dos painéis de “A” até “G”, da Tabela 3, observa-se que a variável referente à evidenciação ambiental voluntária apresentou correlações positivas em todos os anos analisados com a variável *Market-to-book*, inclusive na correlação gerada

com os dados de todo o período (Painel H). Porém, a falta de significância estatística não permite afirmar que as empresas que evidenciaram mais informações ambientais voluntárias eram aquelas que também possuíam maiores valores de mercado.

Assim, o estudo demonstra que o valor de mercado das companhias do ISE não apresenta relação com o nível de evidenciação ambiental voluntária.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi verificar a relação existente entre evidenciação ambiental voluntária e valor da empresa das companhias abertas listadas no ISE da B3, desta forma, verificando o cumprimento dessas empresas em relação as dimensões do índice de evidenciação ambiental voluntária do Instituto Ethos, analisando a correlação existente no valor das companhias.

Para tal, realizou-se uma pesquisa descritiva, de análise documental e abordagem quantitativa dos dados, onde explorou-se informações de 34 companhias listadas no ISE da B3, através de uma análise fundamentada nas notas explicativas, demonstrativos, relatórios de administração e relatórios de sustentabilidade das respectivas instituições.

Os resultados mostraram que a evidenciação ambiental voluntária das companhias vem acentuando uma ascendência ao longo dos anos, de maneira que houve um aumento significativo do ano de 2010 a 2016, onde percebeu-se que com o passar dos anos as instituições vem demonstrando uma maior preocupação quanto a divulgação dessas informações, entretanto, nenhuma delas apresentou 100% de transparência nesse quesito.

Destaca-se que, dentre as empresas objeto de análise algumas apresentaram maior relevância quanto a evidenciação ambiental voluntária, quais sejam: Fleury e Light S/A, denotando alto índice de divulgação das informações, portanto, um comprometimento evidente com cuidados relacionados ao meio ambiente.

Quanto a valorização das companhias, através da estatística descritiva do índice *Market-to-book* percebe-se que houveram oscilações consideráveis dentro do período de análise, entretanto a maioria das empresas demonstraram possuir um valor de mercado maior que o valor registrado nas demonstrações contábeis.

Outro fator relevante, encontra-se na correlação entre evidenciação ambiental voluntária e *Market-to-book*, foi observado que a variável referente à evidenciação ambiental voluntária apresentou correlações positivas em todos os anos analisados com a variável *Market-to-book*, entretanto não demonstrando significância estatística para afirmar tal situação.

De forma geral, nota-se que as companhias do ISE listadas na B3 vem demonstrando uma maior evidenciação ambiental voluntária ao longo dos anos, destarte apresentando uma preocupação relevante com meio ambiente, constatou-se também que grande parte das empresas possui um valor de mercado maior que

o valor registrado nas demonstrações contábeis, entretanto este respectivo valor não apresenta relação com o nível de evidenciação ambiental voluntária.

Diante dos fatos, debruçou-se também limitações referentes a pesquisa, as quais repousam no fato de que muitas empresas, objeto de análise, não divulgaram relatórios de sustentabilidades, mecanismo principal de evidenciação ambiental voluntária das companhias, desta forma, comprometendo sobremaneira uma transparência mais assídua de informações.

Como recomendações para pesquisas futuras, sugere-se estudar a referida amostra em anos posteriores; a realização da análise de companhias que compõem outros índices da B3; a análise das empresas desta amostra através de outro ângulo, utilizando outras variáveis distintas; a verificação de outros tipos de evidenciação voluntária e a correlação destes, seja no valor ou desempenho das companhias.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Wagner de; SANTANA, Antonio Carlos de. Evidenciação. **Caderno de Estudos**, n. 5, p. 01-40, 1992. Atlas, 2012.

AUGUSTINHO, Sônia Maria. **A Nova Contabilidade Pública Brasileira Como Instrumento De Controle Social Para A “Governança” Do Estado: Um Estudo Sobre A Compreensão Da Evidenciação Das Demonstrações Contábeis Públicas Pelos Líderes Comunitários Da Cidade De Curitiba No Ano De 2013**, tese de Dissertação, Curitiba, 2013.

BAIRRAL, Maria Amália da Costa; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e; ALVES, Francisco José dos Santos. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 3, p. 642-675, 2015.

BEN, Geórgia Cunha; FOGAÇA, Marcelo; CUNHA, Janaína Gabrielle. Disparidade de resultados financeiros: o *disclosure* socioambiental e a influência do ISE neste contexto. **Caderno de Administração**, v. 24, n. 1, p. 01-18, 2016.

BIDERMAN, R.; BRITO, R.; MONZONI, M. Finanças Sustentáveis e o Caso do Índice de Sustentabilidade Empresarial. In: **IX Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, FGV-SP, 2006**. SIMPOI 2006 ANAIS / PROCEEDINGS. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BORGES, Ana Paula; ROSA, Fabrícia da; ENSSLIN, Sandra Rolin. Silva Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. **Produção**, v. 20, n. 3, p. 404-417, 2010.

CARÍSSIMO, Cláudio Roberto; BARBOSA, Ricardo Rodrigues; PELEIAS, Ivam Ricardo; MOREIRA, Márcia Athayde.

DAGOSTINI, Luciane; HEIN, Nelson. **Evidenciação Ambiental Voluntária e as Práticas de Governança Corporativa de Empresas Listadas na Bm&Fbovespa**. 2013.

DANTAS, José Alves; ZENDERSKY, Humberto Carlos; SANTOS, Sergio Carlos dos; NIYAMA, Jorge Katsumi. A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2008.

FIGUEIREDO, Gabriela Negrão de; ABREU, Regilane Lacerda; CASAS, Alexandre Luzzi Las.

Reflexos do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na Imagem das Empresas: uma Análise do Consumidor Consciente do Marketing Ambiental. São Paulo, 2009.

FIGUEIREDO, Rebeca; ARAÚJO, Elaine Aparecida. Desempenho Financeiro de Empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): uma abordagem utilizando método multicritério. **Relatórios de Pesquisa em Engenharia de Produção**, v. 16, n. 1, p. 1-17, 2016.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIUNGI, Andrea. **Contabilidade x Disclosure**. 2016. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/contabilidade-x-disclosure-andrea-giungi>. Acesso em: 25/04/2017.

IUDICIBUS, S.; MARION, J. C. **Contabilidade Comercial**. 7ª ed. São Paulo, Atlas 2008.

LOPES, Artur Corrêa et al. Disclosure socioambiental, reputação corporativa e criação de valor nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 9, n. 1, p. 364-382, 2017.

MACEDO, Fernanda; BARBOSA Helton; CALLEGARI, Isabela; MONZONI Mario; SIMONETTI Roberta. **O valor do ISE: Principais estudos e perspectivas dos investidores**. São Paulo, 2012.

MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; MOURA, Geovanne dias De; DAGOSTINI, Luciane; HEIN, Nelson. Evidenciação ambiental voluntária e as práticas de governança corporativa de empresas listadas na Bm&Fbovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 16, n. 1, 2013.

MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; MOURA, Geovanne Dias de; GOLLO, Vanderlei; KLANN, Roberto Carlos. Evidenciação Ambiental Voluntária De Companhias Listadas No Índice Carbono Eficiente Da Bm&Fbovespa. **RACE**, Unoesc, v. 13, n. 1, p. 329-352, jan/abr. 2014.

MACHADO, Márcia Reis; MACHADO, Márcio André Veras; CORRAR, Luiz João. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 5, n. 2, p. 24-38, abr./jun. 2009.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista contabilidade e finanças**, v. 17, p. 65-79, 2006.

MALQUIAS, Fernanda Francielle de Oliveira; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes; SOUSA, Marília Ribeiro de; DE OLIVEIRA, Gabriela Fonseca Felice. Evidenciação de investimentos em Tecnologia da Informação: um estudo nos relatórios das empresas de capital aberto. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 15, n. 30, p. 4-19, maio/ago. 2015.

MATOS, Lucas dos Santos; IMLAU, Jhonatan Munaretto; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. Análise e Mapeamento sobre a Avaliação da Evidenciação dos Atos Públicos dos Entes Governamentais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 18, n. 2, 2015.

MENEGHELLI, Leocádio. **O Ambiente Das Organizações Na Era Da Globalização**. Santa Catarina, 2012.

MOURA, Geovanne Dias; THEISS, Viviane; DA CUNHA, Paulo Roberto. *Intangible assets and earnings management: an analysis of Brazilian companies listed at the BM&FBovespa*. **BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 11, n. 2, p. 111-122, 2014.

O Sistema de Consulta do Site do TJMG como Evidenciação das Metodologias de Avaliação de Empresas nos Procedimentos de Apuração de Haveres. **Pensar contábil**, v. 17, n. 62, 2015.

RIBEIRO, Henrique César Melo; SOUZA, Maria Tereza Saraiva; GOMES, Narcisio Sustentabilidade e governança corporativa: Um estudo da evidenciação de emissões de gee das empresas listadas no ISE Bovespa. **REUNA**. Belo Horizonte - MG, Brasil, v.19, n.5, p89-116, Nov. – Dez. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed., 14 reimpr. – São Paulo: 2013.

SAMPAIO, M. F. C.; PIMPÃO, M. G.; LEITÃO, P. Os intangíveis e a divulgação de Informação. Revista Ordem Técnicos Oficiais de Contas, Nº 50, pp. 48-55, 2004.

SANTOS, Isabela Lima; GOMES, Gilvania de Sousa; ALMEIDA, Neirilaine Silva. Evidenciação Ambiental: uma Análise das Carteiras do ISE, ICO2 e IBOVESPA. XII **Congresso USP Iniciação Científica em contabilidade**. Contabilidade e controladoria no século XXI. Julho de 2015.

SCHUH, Clari; OTT, Ernani; MACAGNAN, Clea Beatriz. Evidenciação de capital intelectual nas páginas web de prefeituras do rio grande do sul. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT**, v. 3, n. 2, p. 210-224, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. revista e atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Orlando Pacheco. Tratamento contabilístico dos direitos desportivos dos jogadores de futebol da formação nas sociedades desportivas. 2015.

TEIXEIRA, Evimael Alves; NOSSA, Valcemiro; FUNCHAL, Bruno. O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 55, p. 29-44, 2011.

VICENTE, Patrícia; DALLABONA, Lara Fabiana. Evidenciação Voluntária sobre Gestão de Riscos do Coso (2004) nos Relatórios de Empresas Listadas na BM&FBovespa no Período de 2010 a 2014. **VI Congresso Nacional de Administração e Contabilidade - AdCont 2015**, Rio de Janeiro, 2015.

VIVIANI, Sueli; MOURA, Geovanne Dias de; MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; SILVA, Tarcísio Pedro da. A Evidenciação Ambiental Voluntária E Os Indicadores De Desempenho Empresarial De Companhias Abertas Participantes Do Índice Carbono Eficiente (Ico2). **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 18-35, maio/ago. 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-296-8

